

UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB**

Aline de Oliveira Vital Silva, R.A.: 22000996

Danilo Venturini, R.A.: 22001727

Isabelle Cereja Perinotti, R.A.: 22001704

Sabrina de Oliveira Coelho, R.A.: 22000628

**A PSICOLOGIA JURÍDICA E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO
PROFISSIONAL EM SUA ATUAÇÃO**

**São João da Boa Vista - SP
2022**

RESUMO

O presente artigo visa, através de estudos aprofundados compreender e refletir à respeito de como ofertar Psicologia Jurídica na estrutura curricular de cursos de Ensino Superior pode ser importante para a formação de futuros Psicólogos, bem como, compreender a respeito de como o profissional desta área atua e também a maneira como o mesmo desempenha tal função. A intenção do artigo é dar subsídios a todos aqueles que têm interesse nesta área da Psicologia contextualizando a história da Psicologia Jurídica, ou seja, como tudo começou e também em que locais se encontram estes profissionais através de revisões bibliográficas e entrevistas com Psicólogos Jurídicos que já operam nesta área.

Palavras-chave: Psicólogo Jurídico, Psicologia Jurídica, Atuação Profissional.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

No mundo, nota-se uma efetiva participação da psicologia no contexto judiciário. O psicólogo atuante neste meio é denominado como psicólogo jurídico e, o principal objetivo do mesmo é auxiliar em questões envolvendo a saúde mental dos indivíduos dentro de um processo (POPOLO, 1996). Na década de 1960, iniciou-se a história do reconhecimento da atuação de psicólogos brasileiros na psicologia jurídica, com enfoque nos estudos acerca de adultos criminosos e adolescentes infratores. De acordo com Brito (2005), os psicodiagnósticos eram vistos como instrumentos que forneciam dados matematicamente comprováveis para a orientação dos operadores do Direito. O Psicólogo Jurídico tem enfoque não somente na área penal como também na área Civil, auxiliando famílias carentes desde 1979. A entrada oficial se deu em 1985, quando ocorreu o primeiro concurso público para admissão de psicólogos dentro de seus quadros (Shine, 1998). Nota-se que o Direito e a Psicologia estabelecem uma relação em razão da preocupação com a conduta humana. A avaliação psicológica ainda é a principal demanda dos Psicólogos Jurídicos, entretanto, outras atividades de intervenção como acompanhamento e orientação também são igualmente importantes. Essa abordagem oferece grandes colaborações nas áreas que envolvem a cidadania, violência e a prática dos direitos humanos.

Portanto, é de grande valia ressaltar que ambas as áreas possuem ciências diferentes e, com isso, é possível que ocorra algumas discórdias entre a Psicologia e o Direito, pois enquanto o Direito busca cumprir as leis, a Psicologia têm como objetivo encontrar a causa do que levou o indivíduo a cometer tal criminalidade (OLIVEIRA, 2013).

Vale ressaltar que o profissional da psicologia jurídica enfrenta inúmeros desafios e dificuldades, por exemplo, sofre com uma crise identitária referente a sua atuação, pois, ela é baseada no âmbito jurídico ao invés do âmbito terapêutico (SOUZA, 2014); o psicólogo jurídico também está sujeito a dilemas éticos apresentados durante sua atuação, tal como o artigo 1º, item d, do Código de Ética Profissional do Psicólogo, o profissional deve prestar serviços em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal, porém no início da pandemia do Coronavírus (SARS-COV-2), a Portaria Nº.639, de 31 de março de 2020 foi publicada fazendo com que os psicólogos enfrentassem um dilema ético, em

que precisaram escolher entre seguir o código de ética e prestar assistência psicológica ou assegurar a sua segurança e sua saúde.

Ao analisar o fato da Portaria Nº.639/2020 com a ótica da Psicologia Social, podemos perceber que a teoria do intercâmbio se faz presente, pois, explica como inconscientemente o homem busca obter o maior benefício diante de situações ou relações sociais, como também, todos os comportamentos do homem sempre buscarão a realização pessoal e a satisfação individual (SILVA, 2021), assim, ilustrando a relutância dos psicólogos de cumprir a Portaria Nº.639/2020 quando esta foi publicada.

Com o passar do tempo a psicologia jurídica vivenciou grandes transformações. A Psicologia e o Direito se aproximaram através da área criminal e da valorização das avaliações psicológicas e com o passar dos anos o trabalho do psicólogo jurídico também começou a ser direcionado para dentro dos processos de Direito Civil. No Estado de São Paulo, o psicólogo ingressou de forma informal no tribunal de justiça através de trabalhos voluntários com famílias carentes no ano de 1979 e o seu trabalho passou a ser formalizado 6 anos depois, em 1985, quando ocorreu o primeiro concurso público para admissão de psicólogos dentro de seus quadros (Shine, 1998). Além disso, vale ressaltar ainda dentro do Direito Civil, que a área em que o psicólogo iniciou sua atuação foi a de Juizado de Menores, pois o mesmo tinha como tarefa apenas a perícia psicológica nos processos cíveis, de crimes e adoções. Entretanto, em 1990 aconteceu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nomeando o Juizado de Menores como Juizado da Infância e Juventude. Em resultado disso, o trabalho do psicólogo foi ampliado, envolvendo atividades na área pericial, acompanhamentos e aplicação das medidas socioeducativas (Tabajaski, Gaiger & Rodrigues, 1998). Esse crescimento do papel do psicólogo jurídico gerou um aumento na demanda de profissionais em ambientes judiciários mediante a legalização dos cargos pelos concursos públicos, e a criação dos mesmos em outros estados, como Minas Gerais (1992), Rio de Janeiro (1998), entre outros.

Se tratando do trabalho do Psicólogo Jurídico, que como podemos analisar acima, suas áreas são um tanto quanto abrangentes, buscando um caso isolado, como por exemplo, uma análise psicológica em um adolescente infrator ou com um grande criminoso, o psicólogo Jurídico pode fazer uso de abordagens que melhor se adequem às situações como o Behaviorismo e a Análise Experimental do

Comportamento, a análise do comportamento, tem como principal objetivo compreender as interações entre os indivíduos e o ambiente em que estão inseridos para a criação de estratégias de adaptação e compreensão de respostas, sendo assim, ela torna-se muito importante quando se trata da psicologia jurídica pois é através dela que pode-se observar comportamentos, diante de algumas situações específicas ou não, e então ter uma conclusão do que pode ter levado o indivíduo a responder à algo de tal forma, sendo que essa conclusão muitas vezes se dá pela observação de gestos e não da uma fala em si.

Todavia, o presente trabalho visou analisar e compreender as dificuldades que os profissionais desta área acabam encontrando ao decorrer da sua carreira e apresentar a diferença entre o papel jurídico e o terapêutico dentro da psicologia jurídica.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar a Psicologia Jurídica e evidenciar as dificuldades e desafios enfrentados pelo psicólogo em seu campo de atuação.

2.1 Objetivos específicos:

- Entrevista com profissionais que atuam no campo da psicologia jurídica a fim de compreender o funcionamento da Psicologia Jurídica e suas dificuldades.
- Apresentação dos campos de atuação que um psicólogo jurídico pode exercer.
- Compreensão das demandas de um psicólogo jurídico.
- Entendimento da diferença entre a intervenção psicológica e a intervenção judicial.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tratou-se de uma revisão bibliográfica, na qual os estudantes iniciaram com pesquisas individuais a fim de coletar o maior número de dados, sendo assim, cada integrante ficou responsável pelo fichamento de um artigo específico, em seguida nos reunimos em grupo para discutir qual o melhor caminho a ser seguido, todas essas ações durante o mês de setembro. Desde então, a partir da coleta de informações, o grupo analisou a atuação do Psicólogo Jurídico e as dificuldades enfrentadas por ele, bem como, a falta de informação a respeito de onde e como este profissional atua, com enfoque na ausência de estruturas curriculares em cursos superiores que abordem essa área da Psicologia como uma Unidade

Curricular. A Revisão Bibliográfica trata-se de uma revisão das pesquisas e discussões desenvolvidas por outros autores sobre o tema que o grupo irá abordar. A Revisão da Literatura serve como um embasamento teórico na formulação de uma pesquisa, afinal, nenhum artigo começa do zero, pois, para que o mesmo possua informações claras e confiáveis o pesquisador irá usar como referência pesquisas com teorias já criadas por algum pensador, visando utilizar como referência artigos extraídos das seguintes bases de dados: Scielo, JusBrasil, PEPsic, Google Acadêmico e Meu Advogado. No decorrer do artigo, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Psicólogo Jurídico”, “Psicologia Jurídica”, “Profissional”, “Direito”, “Infrator”, “Psicodiagnóstico”, “Judiciário”, “Terapêutico”, “Atuação”.

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

Os alunos do segundo módulo da faculdade de Psicologia da UNIFEQB, realizaram entrevistas semiestruturadas com intuito de coletar informações sobre a atuação do psicólogo jurídico e suas dificuldades (ver Anexo I).

As entrevistas foram agendadas por mensagens de texto e realizadas de forma presencial e online, nos dias 13/10 e 20/10 durante o período de trabalho dos entrevistados, sendo que a presencial foi conduzida nas instalações da UNIFEQB.

As respostas foram devidamente registradas para serem utilizadas, posteriormente, no aprofundamento do conhecimento sobre a área da psicologia jurídica explorada pelo Projeto Integrado.

Os entrevistados são profissionais da área de Psicologia Jurídica, sendo o primeiro entrevistado formado em Psicologia, cursando mestrado, atuou por três anos com Liberdade Assistida em ONG na cidade de Ribeirão Preto, posteriormente trabalhou na Fundação CASA por quatro anos e meio, atualmente é professor universitário e Psicólogo Clínico.

O segundo entrevistado atua na Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, é graduado em Psicologia e mestrado na área de Saúde e Desenvolvimento, com ênfase em Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico clínico e em Psicanálise Winnicottiana, como também, já atuou como psicólogo clínico e como Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do CNPq pelo Departamento de Saúde Mental da

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FAMERP-USP).

As informações obtidas tanto por meio das entrevistas quanto pela revisão da literatura serão apresentadas em categorias temáticas a seguir:

4.2 As dificuldades enfrentadas pelos Psicólogos Jurídicos

Assim como toda profissão, a Psicologia Jurídica também proporciona algumas dificuldades para aqueles que atuam dentro dela. Através de uma coleta de informações, foi possível chegar a conclusão de que algumas das dificuldades que o psicólogo jurídico encontra ao decorrer do seu trabalho é a necessidade de manter a ética profissional, de modo que a mesma não seja violada, pois muitas das vezes o psicólogo é pedido para ir contra o CEPP (Código de Ética Profissional do Psicólogo) e com isso é preciso que a ética e responsabilidade profissional seja praticada pelo mesmo.

“Eles pedem coisas absurdas pra gente, como por exemplo entrevistar uma criança e dizer se ela tá mentindo ou não, e se ela sofreu ou não algum tipo de abuso, e na questão pública é você querer ter uma questão ética e passar a mão na cabeça de vagabundo”. -(Entrevistado 1)

A segunda dificuldade encontrada dentro do campo da Psicologia Jurídica é quando o profissional passa por uma situação ou caso onde a sua proposta de intervenção não é colocada em prática por conta da falta de investimento do poder público dentro das políticas públicas de proteção com a sociedade.

“A dificuldade maior que eu observo no meu trabalho, é quando a minha intervenção não vai chegar a outros órgãos”. -(Entrevistado 2)

Ou seja, a função do psicólogo jurídico é fazer com que os direitos humanos sejam executados dentro de casos onde há maus tratos à criança, violência doméstica, entre vários outros que existem. Mas, sabe-se que para que a intervenção seja feita é preciso da colaboração do poder público e do investimento do mesmo para com isto.

Portanto, chega-se à conclusão de que o profissional que atua dentro da psicologia jurídica precisa carregar com si próprio três fatores importantes, sendo eles: justiça, empatia e a ética profissional. Como já citado, todo profissional encontrará ao decorrer da sua carreira certas dificuldades, entre elas situações que estarão sob seu controle e outras que não mas ao colocar em prática estes três elementos, o indivíduo estará exposto a um grande amadurecimento profissional e pessoal.

4.3 O Panorama das universidades brasileiras referente à Psicologia Jurídica

O estudo da área de psicologia jurídica requer uma atenção específica perante as universidades e os alunos; por tratar-se de uma atuação profissional diretamente ligada ao Direito, faz-se necessário o contato dos estudantes à esse campo. Portanto, nem sempre tem-se fácil e direto acesso a esse estudo de maneira ampla, já que as universidades em sua maioria colocam esse conteúdo imerso à outros que encontram-se de alguma maneira interligados.

Uma situação muito comum é tratar essa área como uma disciplina optativa, sendo assim, ela não consta na grade curricular como obrigatória, diminuindo o acesso dos alunos à essa matéria e sua importância dentro da graduação.

“Não são todas as universidades que têm essa disciplina, eu tive como optativa duas criminais e outra jurídica, então não tanto como deveria, e como é uma área que flerta com as outras, ela acaba aparecendo dentro das outras, e não como disciplina específica.” -(Entrevistado 1)

Entretanto, nas universidades em que a psicologia jurídica aparece como uma disciplina obrigatória, ela aparece de maneira muito vasta, sendo necessário um aprofundamento e busca por esse conhecimento de forma externa e individual por parte do aluno.

“É um campo de atuação vasto, a pessoa que quer ter um aprofundamento, precisa estar sempre buscando e construindo bases de conhecimento. A graduação dá um panorama geral sobre a área, mas é necessário buscar mais conhecimento para aprofundar, pois é um trabalho que apresenta dinâmica bem específica, principalmente porque envolve muito o Direito, fazendo-se necessário entender os conceitos deste também.” -(Entrevistado 2)

Logo, torna-se visível que as universidades não dão a importância necessária e não investem de maneira prioritária nessa área, deixando com que muitos dos alunos passem a procurar por conta própria e nem sempre tenham o contato e conhecimento considerados adequados.

4.4 A melhor abordagem na Psicologia Jurídica

Um dos principais aspectos do Psicólogo refere-se a que abordagem ele segue e como conduzirá seus trabalhos; na Psicologia Jurídica não é diferente, ainda que o psicólogo atua em contato direto com o Direito é importante ele ter uma abordagem

para suas avaliações, psicodiagnósticos e em suas outras atividades, para assim, propor melhores intervenções e promover a saúde dos indivíduos.

Apesar da importância de ter uma abordagem, não existe um preferencial, já que a área da Psicologia Jurídica é vasta, onde cada ramificação desta área demanda uma abordagem diferente para a melhor realização de um trabalho; mesmo que tenha uma demanda ela não é específica, o importante é que o Psicólogo seja eficaz e eficiente com o seu trabalho.

“(…) Temos liberdade para usar qualquer abordagem reconhecida pela psicologia, desde que o trabalho seja eficaz”. -(Entrevistado 2)

Internacionalmente, a literatura e os estudiosos reconhecem a abordagem Cognitivo Comportamental como a mais eficaz na atuação do profissional de Psicologia Jurídica, visto que esta abordagem permite que o psicólogo compreenda a relação do indivíduo com o ambiente e o possibilite criar intervenções capazes de ajudar o sujeito.

“ A literatura internacional vai falar que é mais eficaz atuações cognitivos-comportamentais”. -(Entrevistado 1)

O Psicólogo Jurídico atua também na área do Direito Civil, que é um campo sensível, pois, está diretamente ligado a pessoas que necessitam do resguardo da justiça por estarem sofrendo com dificuldades, como também, atribui ao psicólogo o dever de auxiliar famílias carentes, portanto, observa-se que além da busca da eficiência do psicólogo através de abordagens, faz-se necessário que o profissional seja ético, respeitando a todos os indivíduos e promovendo um trabalho justo, pois, só assim ele poderá causar um impacto positivo na sociedade.

“Antes de abordagem é importante um comportamento ético, saber dizer o que pode dizer e respeitar os direitos humanos”. -
(Entrevistado 1)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término desta pesquisa conclui-se que a Psicologia Jurídica deve possuir uma maior visibilidade dentro das universidades, fazendo com que as mesmas ofertem essa área em suas estruturas curriculares a fim de incentivarem seus alunos como futuros psicólogos a se aprofundarem dentro dos estudos da psicologia jurídica e aumentar o número de profissionais atuantes nessa área.

Por fim, o grupo também considerou que ao desenvolver a pesquisa tendo como auxílio às entrevistas com profissionais da área de Psicologia Jurídica fez com que o resultado final ficasse ainda mais coerente com o esperado, além de proporcionar aos estudantes um melhor aprendizado e uma experiência significativa para o seu crescimento profissional.

REFERÊNCIAS

- FRANÇA, FÁTIMA. “Reflexões sobre a Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil”. **SCIELO**, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006. Acesso em 18 de Agosto de 2022.
- LAGO, Vivian de Medeiros. et al. “Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação”. **SCIELO**, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NrH5sNNptd4mdxy6sS9yCMM/?lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.
- OLIVEIRA, Márcia Régia B de. “A Psicologia Jurídica e sua aplicação no âmbito do Direito Penal”. **MEUADVOGADO**, 2013. Disponível em: <https://www.meuadvogado.com.br/entenda/a-psicologia-juridica-e-sua-aplicacao-no-ambito-do-direito-penal.htm>. Acesso em: 18 de Agosto de 2022.
- SOUZA, Cristiana. “Psicologia jurídica: encontros e desencontros em sua prática”. **JUS.COM.BR**, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29184/psicologia-juridica-encontros-e-desencontros-em-sua-pratica>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

ANEXO 1: PERGUNTAS UTILIZADAS NAS ENTREVISTAS:

- 1- Como a Psicologia Jurídica pode contribuir para a formação de futuros psicólogos?
- 2- Você acha que as universidades dão espaço para falar sobre essa área?
- 3- Você enfrentou algum desafio ou dificuldade durante a sua atuação como Psicólogo Jurídico? Caso sim, poderia nos contar uma situação?
- 4- Qual melhor abordagem para usar na Psicologia Jurídica?
- 5- Você sente que tem liberdade para aplicar as técnicas psicológicas ao campo jurídico?
- 6- Como é a atuação do Psicólogo Jurídico no sistema prisional brasileiro?